

# Ulysses vai à ofensiva contra Covas

FOTOS: Josemar Gonçalves

Andrei Meireles

A divisão do PMDB agora é ostensiva e o partido polarizou-se entre suas duas principais lideranças — o senador Mário Covas e o deputado Ulysses Guimarães. Ontem Ulysses partiu para a ofensiva, reunindo em sua residência 17 coordenadores de bancada, a grande maioria do bloco conservador, e definindo a estratégia do partido para a Constituinte. Covas, que não foi convidado, ficou irritado, enquanto vários de seus partidários denunciaram o "golpe branco" contra a sua liderança. O deputado Luiz Henrique, líder do partido na Câmara, que participou da reunião, anunciou que "a unidade partidária enfim foi alcançada". O deputado Hélio Duque (PMDB-PR), ligado a Covas, deu o troco: "Quer dizer que a unidade do partido passa pelos fisiológicos, oportunistas e chapas-brancas é trair os compromissos assumidos pelo PMDB em praça pública e se subordinar ao mercado persa em que se transformou o Palácio do Planalto".

O senador José Richa garantiu: "Não há unidade sem o Covas". Já o deputado Expedito Machado, líder do Centro Democrático, negou que a intenção da reunião fosse destituir Mário Covas da liderança, "mas a política é dinâmica e o doutor Ulysses agora está unindo o partido". Machado foi coordenador do movimento que produziu um manifesto criticando o comando de Ulysses no partido.

O deputado Antônio Perosa, um dos vice-líderes mais próximos a Covas, revelou que seu líder estava irritado desde quarta-feira. Atendendo a insistentes apelos de Ulysses, Covas foi ao Planalto na quarta-feira com a imprensa con-

## Coordenadores atendem apelo

Atendendo a um apelo do presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, a maioria dos coordenadores de bancadas do partido manifestou-se, ontem, favorável a um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Ulysses enfatizou aos coordenadores que um mandato de cinco anos era a garantia para a continuidade do processo de transição democrática.

O presidente do PMDB tomou a iniciativa de reunir em sua casa, para um almoço, os coordenadores de bancadas estaduais do partido. Dos 25 coordenadores, 17 compareceram ao encontro e apenas o deputado Maurílio Ferreira Lima (PE), do grupo progressista, defendeu ostensivamente um mandato de quatro anos para Sarney. O líder na Constituinte, senador Mário Covas, não foi convidado para a reunião, ao contrário do líder na Câmara, Luiz Henrique, ligado a Ulysses Guimarães.

Segundo Maurílio Ferreira Lima, Ulysses fez um apelo a todos os coordenadores de bancadas para que fixassem posição unitária pelos cinco anos de mandato para Sarney como garantia para a continuidade do processo de transição. De acordo com o deputado, o presidente do PMDB assinalou que uma eleição presidencial, no próximo ano, prejudicaria enormemente o trabalho da Constituinte, pois a campanha desviaria a atenção dos constituintes na fase final

## Del Bosco é contra formação de grupos

"Se houver eleição em 88 é melhor decretar o fim da Constituinte, pois no próximo ano os estados deverão ajustar suas Constituições e até mesmo o Governo Federal terá de criar as condições de pôr em prática a nova Carta Constitucional", disse ontem, pouco depois de falar com o presidente José Sarney, o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), usando a frase para defender um mandato de cinco anos para o presidente da República.

Del Bosco engrossou o coro dos que, recebidos pelo presidente, saem falando mal dos políticos e, principalmente do PMDB. Declarando-se de centro-esquerda, com 24 anos de mandatos políticos, o deputado paulista pronunciou-se contra a formação de grupos partidários. "Não existe o grupo de Santana, nem o grupo de Covas. E preciso desmistificar essa situação". Ele mesmo, como a maior parte dos deputados, não está nem ligado a Covas, nem a Carlos San-

## Líder ouve posição do PC do B sobre a crise

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, conversou ontem em seu gabinete, no Senado, com o secretário-geral do PC do B, João Amazonas, e com os deputados Haroldo Lima (BA) e Aldo Arantes (GO), do mesmo partido. O senador paulista informou que foi examinada a situação nacional, principalmente a crise econômica. Fizeram ainda um relato dos trabalhos da Assembléia Constituinte.

Antes do encontro com as lideranças do PC do B, o senador Mário Covas reuniu-se, a portas fechadas, com o governador gaúcho Pedro Simon e com o senador paranaense José Richa. Tudo indica que o governador Simon — que ontem esteve com o

vocado para registrar o encontro que não tratou de nada substancial. Ontem, Ulysses fez uma reunião para tomada de decisão em sua casa e Covas simplesmente não foi convidado. Segundo Perosa, Covas "caiu numa armadilha" ao ir ao Planalto.

A reunião na Península dos Ministros serviu para formalizar o entendimento entre Ulysses e os políticos que seguem a orientação do deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, com a exclusão de Covas. O divisor de águas é a duração do mandato do presidente Sarney: com exceção do deputado Maurílio Ferreira Lima, coordenador da bancada do PMDB de Pernambuco, que defende quatro anos, todos os demais participantes do encontro foram favoráveis a um mandato de cinco anos. E receberam um forte estímulo de Ulysses para prosseguirem na luta da fixação desse período presidencial para Sarney.

Depois da reunião, seus participantes retornaram ao Congresso Nacional proclamando a unidade partidária, que seria alcançada na Constituinte através da votação, entre os integrantes de cada comissão temática, das questões mais polêmicas. Luiz Henrique prevê que, assim, a Comissão de Ordem Social será menos avançada e a de Ordem Econômica menos conservadora. E arrematou: "E o preço da unidade".

O deputado Oswaldo Lima Filho, que foi relator da Subcomissão da Reforma Agrária, reagiu: "Não aceitamos este critério. Isto significa dividir o partido em dois". O próprio Maurílio Ferreira Lima saiu da reunião e proclamou: "Discordei da proposta apresentada. Para mim, não tem unidade coisa alguma".

da elaboração da nova Constituição. Ulysses ressaltou também que a eleição para presidente, em 1988, seria municipalizada, porque coincidiria com o pleito para as prefeituras das capitais e interior.

Já o coordenador da bancada do Ceará, deputado Expedito Machado, garantiu que 22 dos 25 coordenadores são favoráveis a um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e fazem parte do grupo "Centro Democrático", que representa a ala conservadora do PMDB. Estão fora do grupo os deputados Sgmaringa Seixas (DF), Jutahy Junior (BA) e Maurílio Ferreira Lima (PE).

Os coordenadores de bancadas que participaram da reunião na casa de Ulysses Guimarães são os seguintes: deputados Geraldo Fleming (AC), Expedito Machado (CE), Fernando Cunha (GO), Antônio Gaspar (MA), Osvaldo Sobrinho (MT), Plínio Martins (MS), Marcos Lima (MG), Maurílio Ferreira Lima (PE), Aloisio Teixeira (RJ), Antônio Câmara (RN), Lélcio Souza (RS), Francisco Salles (RO), Roberto Rollemberg (SP), Renato Vianna (SC), Djenal Gonçalves (SE) e o senador João Calmon (ES). Estavam presentes ainda o líder Luiz Henrique (SC), o vice-líder Ibsen Pinheiro (RS) e o governador gaúcho Pedro Simon, todos favoráveis a um mandato de cinco anos para Sarney.

tana, "que hoje é apresentado como a direita da direita, mas que sempre esteve ligado a Tancredo, oportunidade em que ninguém ligava para suas posições". Para Del Bosco, o presidente Sarney também é contrário a essa divisão partidária, preferindo ver o PMDB unido.

A cerca do seu partido, Del Bosco Amaral disse que o PMDB não está com boa cotação eleitoral e teria dificuldades numa eleição no próximo ano. "O PMDB está acostumado a receber aplausos; precisa aprender a não ter medo de vaias". Sobre mudança ministerial, Del Bosco disse que falou com o presidente no sentido de que fizesse logo as mudanças, ou confirmasse os atuais ministros, pois ninguém pode ter planos e trabalhar sem ter uma certa estabilidade. O deputado cobrou do presidente, o que ele vem cobrando dos constituintes para poder governar: definição do tempo para executar um plano de trabalho.

presidente Sarney — deve ter feito uma exposição sobre posições do presidente a respeito da crise econômica e dos problemas que estão surgindo na Constituinte.

Covas não entrou em detalhes da conversa com Simon e Richa, apenas observando: "Todos nós estamos preocupados, como todo o mundo". Quarta-feira à noite, no apartamento do deputado (e ex-ministro da Justiça) Fernando Lyra (PE), o líder do PMDB examinou as divergências internas no partido com numerosos parlamentares peemedebistas. Ele desmentiu a notícia que circulou no Congresso de que havia jantado com Luiz Inácio "Lula" da Silva e Brandão Monteiro, líderes do PT e do PDT.



Expedito já foi crítico de Ulysses, mas agora diz que ele "está unindo o partido"



Simon (D) foi à casa de Ulysses; Covas, não



Maurílio foi voz isolada na tese dos 4 anos

## Sarney descarta recuo

O presidente José Sarney disse ontem ao senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) que está decidido a não recuar um milímetro sequer das posições manifestadas em pronunciamento que fez recentemente pela televisão, quando anunciou que seu mandato será de cinco anos e deixou clara a sua intenção de manter no governo apenas quem o apoiou.

"O presidente me disse que jamais haverá recuo na sua posição", garantiu Palmeira. Acrescentou, porém, não ver sinais da efetivação do grupo suprapartidário no Congresso de apoio ao governo. Em relação às notícias de que esse bloco seria integrado, em peso, pelos pefelistas, Palmeira disse que jamais foi contatado para qualquer conversa. Palmeira opinou ainda que, se houver mesmo um grupo coeso em torno do governo, será necessária uma

negociação para garantir as mudanças no país, uma vez que o esboço da Constituição até agora tem se mostrado demasiadamente conservador.

Palmeira observou que, pelo que se viu até agora, todas as propostas praticamente são de tendência centro-direitista. Sobre a posição do líder do seu partido na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que é conservador e já manifestou até apoio a medidas consideradas retrógradas, Palmeira argumenta que isso pode fazer parte de uma estratégia no sentido de «ter o que negociar» com as «esquerdas». Acrescentou, contudo, que Lourenço ficará «à direita» do PFL se continuar defendendo propostas muito conservadoras, algumas delas consideradas retrógradas e que não teriam, a seu ver, o apoio dos liberais, embora no Congresso

predomine a impressão de que o PFL — em sua maior parte — apoiará o conservadorismo.

"Moderno" Essa tendência no PFL tem, de qualquer modo, preocupado alguns setores no partido. O 1º vice-líder Alceni Guerra (PR) já protestou contra «as alianças a grupos retrógrados» e ontem o deputado Lúcio Alcântara (CE) manifestou a intenção de formar um «bloco moderno» destinado a combater esse conservadorismo. Enquanto isso, o senador Marco Maciel, presidente do partido, procura manter contatos com as demais agremiações políticas propondo-se a obter um amplo acordo que visaria, segundo tem enfatizado, garantir «a transição». Maciel tem conversado com políticos do PMDB, PDT e PT e já formulou convites a parlamentares de outras siglas, como o PCB.

## Leite Chaves propõe mudar regime agora

O senador Leite Chaves (PMDB/PR) entregou ontem ao presidente Sarney sua proposta de emenda constitucional estabelecendo o parlamentarismo ainda no atual governo. Ela já conta com a assinatura de cerca de 400 parlamentares. O presidente Sarney, segundo o senador, prefere que o parlamentarismo seja adotado no Brasil depois de sua administração. Além disso, o Presidente também prefere o parlamentarismo puro.

Sua proposta de "parlamentarismo já", segundo o senador paranaense, pode ser a solução para o momento, na medida em que o PMDB vê que não pode encurtar mais o mandato do presidente Sarney e o Presidente entende que não pode governar sem o apoio dos partidos. Desse modo, Leite Chaves acha que o mais fácil seria votar a sua emenda constitucional, que daria ao presidente Sarney o mandato de seis anos, com o parlamentarismo.

O projeto do senador, segundo ele informou, é inspirado no resultado do trabalho da Comissão Afonso Arinos, formada por um grupo de 50 notáveis escolhidos pelo governo. Já a proposta do senador José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo, de acordo com Leite Chaves, foi copiada de seu projeto, que é anterior ao trabalho da subcomissão. No final, os dois são exatamente iguais, de acordo com o senador.

## Governadores pedem verba e dão apoio

O presidente José Sarney recebeu na tarde de ontem mais dois governadores que foram hipotecar solidariedade à sua proposta de mandato de cinco anos. Flaviano Melo, do Acre, e Max Mauro, do Espírito Santo, informaram ao presidente que sempre defenderam o mandato com a duração sugerida por Sarney, e que têm o apoio da maioria das bancadas dos seus estados. Eles aproveitaram a oportunidade para solicitar mais recursos e verbas para seus projetos, ou mesmo para pagar suas contas.

Flaviano Melo disse que foi solicitado ajuda ao presidente para pagar as dívidas do Acre «que não são nem externas, nem com bancos oficiais, mas com os comerciantes e indústrias do estado», no valor de 800 milhões de cruzados. Fora esse dinheiro, o governador ainda solicitou a complementação da pavimentação da BR-364, no trecho entre Porto Velho e Rio Branco, com a sua continuação para a cidade de Cruzeiro do Sul, cortando todo o estado do Acre. Quer ainda a pavimentação da BR-317, que liga Rio Branco a Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Sarney informou ao governador que para o primeiro trecho a concorrência já está na fase de abertura.

### Preocupações

Já o governador do Espírito Santo, Max Mauro, afirmando que

não pedia nada, que não estava, com preocupações de solicitar algo em troca do seu apoio — «sempre defendi o mandato de cinco anos, com presidencialismo» —, terminou por dizer que suas preocupações são com a Companhia Siderúrgica de Tubarão, Rede Ferroviária Federal e a Vale do Rio Doce. Sem querer ministérios, o governador Max Mauro disse que deseja ser ouvido na escolha de diretores para essas estatais. Investigado se concordava com a negociação da dívida externa, com o repasse de ações das estatais para o capital estrangeiro, Mauro disse que poderia ser uma solução. «Mas tenho muitos receios. Tenho de dizer que é preciso muito cuidado nas negociações, pois não podemos entregar o controle ao capital estrangeiro».

Max Mauro informou haver solicitado crédito à Caixa Econômica Federal para construir casas populares destinadas a trabalhadores que recebem até dois salários mínimos. Também para as pequenas e médias empresas, ele confirmou a obtenção de uma linha de crédito de 400 milhões de cruzados. Além disso, está querendo passar os custos da construção da terceira ponte de ligação de Vitória com o restante do estado para o governo federal, a quem solicitou a construção de um novo ramal ferroviário entre Vitória e Rio de Janeiro.

## "Bloco dos 4 anos" vai à posse de Dante

Parlamentares do PMDB que vêm demonstrando maior determinação na defesa da redução do mandato do presidente Sarney de seis para quatro anos comparecerão na próxima quarta-feira, em bloco, à solenidade de retorno do ex-ministro Dante de Oliveira à prefeitura de Cuiabá, cargo do qual ele estava licenciado desde o ano passado.

Esse grupo de peemedebistas, vinculado à esquerda do partido, pretende fazer do ato um acontecimento de repercussão nacional — o início de uma contra-ofensiva às pressões que o governo vem desenvolvendo, visando assegurar um mandato de cinco anos para Sarney.

Já asseguraram seu comparecimento à posse de Dante de Oliveira, entre outras figuras de expressão do PMDB, o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o deputado Fernando Lyra, que nos últimos dias vem reagindo com grande veemência, às pressões do Palácio do Planalto.

O líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas — também defensor dos quatro anos — foi convidado para o ato, "sendo quase certo o seu comparecimento", segundo informou o deputado baiano Domingos Leonelli, um dos coordenadores do grupo.

A solenidade de Cuiabá — mesmo se tratando de uma capital isolada dos grandes centros políticos do país — é vista como uma oportunidade significativa para o fortalecimento do movimento pelo mandato de quatro anos porque o ex-ministro Dante de Oliveira, além de ter sido autor da emenda constitucional das diretas, saiu do governo defendendo a tese da redução do mandato presidencial.

## Prorrogação, tese diletta de prefeitos

São Paulo — Lançada por políticos do interior paulista, a tese dos mandatos municipais alastrou-se por outros estados. Prefeitos de Minas Gerais e do Paraná comunicaram a seus colegas de São Paulo que participarão da reunião em que será debatida a dilatação dos mandatos dos prefeitos e vereadores do país, eleitos em 1982, até 1990.

Por isso o encontro foi transferido de sábado para o próximo dia 6, segundo anunciou o principal articulador do movimento prorrogacionista, Júlio Marcondes de Moura (PMDB), prefeito de Garça (cidade que sediará a reunião a 600 Km da capital).

Centenas de prefeitos participarão do encontro, acredita Júlio Marcondes de Moura, que disse ter recebido adesão ao movimento de prefeitos da Baixada Santista (litoral paulista) e da Grande São Paulo, além dos dirigentes das cerca de 100 cidades que constituem a Associação dos Municípios do Centro-Oeste Paulista, presidida por ele próprio.

A estratégia do grupo prorrogacionista já está traçada: na reunião da Sociedade Hípica de Garça, prefeitos e vereadores redigirão um manifesto de apoio aos cinco anos pretendidos pelo presidente Sarney. Mas em troca exigirão dele a adesão à extensão de seus mandatos até 1990.

Redigido o documento, os prefeitos se dirigirão a Brasília para, em audiência, entregá-lo ao presidente Sarney, ao presidente nacional do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP) e para fazer cerrada marcação "homem a homem, corpo a corpo" sobre todos os constituintes, pressionando-os para incluir a prorrogação entre as disposições transitórias da futura Carta.

O argumento dos prorrogacionistas é de que "campanhas eleitorais são muito caras para a área municipal. Quem tem dinheiro não tem liderança e quem tem esta não tem dinheiro".

## Burity adia projeto de dar reforço ao PL

João Pessoa — Desentendimentos com o PMDB levaram o governador Tarcisio Burity, da Paraíba, a adiar seu projeto de transformação do Partido Liberal em força política alternativa contra o esquema partidário formado por integrantes do PDS e PFL fiéis à orientação do ex-governador Wilson Braga.

Tanto os integrantes do PMDB paraibano no Congresso, quanto na Assembléia Legislativa discordam da idéia de aliança com mais de dez deputados pedessistas e pefelistas, que Burity pretende arrebatar para o PL, a fim de obter maioria parlamentar necessária à aprovação de seus projetos e reverter situação desfavorável no interior do estado, onde o PMDB só detém 35 das 171 prefeituras.

Dos 36 deputados estaduais, o PMDB conta apenas 17. Des estão no PFL e os nove restantes no PDS.